



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

06 a 08 de maio de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	07 / 05 / 2017	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
	Página	lapa

Caso do precatório da Constran/UTC

MP AJUIZA AÇÃO CONTRA ROSEANA POR RECEBIMENTO DE PROPINA DE EMPREITEIRA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde	
(X) Pequeno	() Correio de Notícias	
() Debate	() O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros
() Extra	() Internet / Blog	
DATA 07 / 05 / 2017	Página 2	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Caso do precatório da Constran/UTC

MP ajuíza ação contra Roseana por recebimento de propina de empreiteira

Outras 11 pessoas também vão responder a ação do MPMA - entre elas, os ex-secretários João Abreu e Bernardo Bringel, além do doleiro Alberto Youssef

OSWALDO VIVIANI

O promotor Lindonjonson Gonçalves de Sousa, da 28ª Promotoria de Justiça Especializada ajuizou, no último dia 28 de abril, uma Ação Civil Pública (ACP) por ato de Improbidade Administrativa contra a ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney Murad (PMDB) e outros 11 envolvidos no chamado "caso Constran/UTC" - entre eles, o doleiro Alberto Youssef e dois ex-secretários do governo Roseana, João Abreu (Casa Civil) e João Bernardo Bringel (Planejamento e Orçamento). A ação é motivada pela liberação, por parte do governo maranhense, em troca de suposta propina, do pagamento de R\$ 33 milhões, que seria parte de um precatório de R\$ 113 milhões, devidos ao consórcio de empreiteiras Constran/UTC.

O pagamento, segundo relatado pelo Ministério Público no pedido da ACP, teria sido feito "fora da ordem legal do precatório" ("furando a fila"), mediante recebimento de "vantagem financeira pessoal" (propina) de R\$ 3 milhões à então governadora Roseana, por meio de seu então secretário da Casa Civil, João Abreu, que teria recebido tal quantia de intermediários do doleiro Alberto Youssef (a serviço da Constran/UTC), nas dependências do próprio Palácio dos Leões (sede do governo do Maranhão). O doleiro teria recebido R\$ 10 milhões por articular a operação de liberação do precatório junto ao governo maranhense, segundo o MP.

Numa das ações que marcaram o início da Operação Lava Jato, Alberto Youssef foi preso pela Polícia Federal em 17 de março de 2014, no luxuoso Hotel Luzeiros (orla de São Luís), poucas horas depois de despachar uma mala com R\$ 1,4 milhão (que seria a última parcela do dinheiro ilícito pago ao governo maranhense, de acordo com o MPMA, para Marcos Antônio de Campos Ziegert, o "Marcão", suposto operador de propina do governo Roseana, que também havia se hospedado no mesmo hotel e no mesmo dia. De acordo com o MP, "Marcão" teria levado a mala de dinheiro para João Abreu, assim como já haviam feito outros dois operadores a serviço de Alberto Youssef - Adarico Negromonte Filho (irmão do ex-ministro de Cidades Mário Negromonte) e Rafael Ângulo Lopez. Cada um teria entregue R\$ 800 mil a João Abreu.

O valor total da dívida do governo maranhense para com o consórcio Constran/UTC, segundo o MPMA, seria de R\$ 113 milhões (valor acordado entre as partes "a despeito de várias divergências sobre o montante real"). A dívida foi gerada após "supostas obras [das empreiteiras] na estrada federal BR-230, durante o mandato do governador Luís Alves Coelho Rocha [já falecido]". O MP relata na ação que o acordo feito entre o governo do Maranhão e a Constran/UTC seria o pagamento dos R\$ 113 milhões do precatório devido em parcelas mensais de R\$ 4,7 milhões. Um total de R\$ 33 milhões já havia sido pago, quando a Justiça determinou a suspensão dos pagamentos.



Roseana Sarney, Alberto Youssef, João Abreu e Bernardo Bringel teriam articulado o acordo que permitiu a construtora 'furar fila' e receber R\$ 33 milhões de precatório

Antes desse acordo ser fechado, conforme o MPMA, Alberto Youssef teria proposto tirar dinheiro do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão (Fepa) para pagar o precatório de R\$ 113 milhões para a Constran/UTC. Relata o MP:

"Inicialmente, Alberto Youssef propôs que o fundo de pensão dos aposentados do Maranhão (Fepa) comprasse o crédito do precatório, fazendo uma operação financeira triangular, onde seriam simuladas aplicações em fundos criados pelo próprio Youssef, envolvendo um imóvel no Rio de Janeiro, ficando o Fepa com o prejuízo da operação. Por perceber a fraude, a operação foi abortada pela então gestora do Fepa, Maria da Graça Marques Cutrim, que alegou proibição do

Fundo em adquirir dívida do Estado, conforme o depoimento desta ao Ministério Público. Logo depois, no último ano da última gestão Roseana Sarney no governo do Estado [2014], houve a movimentação de toda a malha institucional para viabilizar formalmente o acordo extrajudicial para o pagamento do precatório à Constran/UTC. Nesse sentido, a então procuradora-geral do Estado [Helena Maria Cavalcanti Haickel], emitiu parecer que foi autorizado pela governadora, no sentido de que haveria vantagem no pagamento do precatório, com uma suposta economia de R\$ 28 milhões". Na ACP do "caso Constran/UTC", dirigida à juíza Luzia Madeiro Nepomuceno, da 1ª Vara da Fazenda Pública (São Luís), o Ministério Público requer, ainda:

a decretação da indisponibilidade de bens dos requeridos, antes mesmo do recebimento da ação civil pública, sendo bloqueados bens que totalizem pelo menos R\$ 33.065.334,12 (valor já pago do precatório);

a condenação dos requeridos à obrigação de ressarcir o Estado do Maranhão no montante equivalente ao prejuízo efetivamente sofrido pelo erário, ou seja, R\$ 33.065.334,12.

OUTRO LADO

Quando o caso do precatório da Constran/UTC foi fartamente publicizado na mídia local e nacional, em meados de 2015, a ex-governadora Roseana Sarney negou "veementemente" todas as acusações sobre recebimento de propina, disse que não conhecia e "jamais teve contato" com Alberto Youssef e acrescentou que o acordo para pagamento parcelado do precatório, excluindo o pagamento dos juros e correção monetária no período em que a dívida ficou em aberto, "representou economia para o Estado do Maranhão no valor de R\$ 28,9 milhões".

Os ex-secretários João Abreu e João Bernardo Bringel igualmente negaram envolvimento no caso Constran/UTC.

OS CITADOS NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA

A Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão atinge as seguintes pessoas e empresas:

ROSEANA SARNEY MURAD, ex-governadora do Maranhão;

JOÃO GUILHERME ABREU, ex-secretário da Casa Civil;

HELENA MARIA CAVALCANTI HAICKEL, ex-procuradora-geral do Estado;

JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL, ex-secretário de Estado do Planejamento e Orçamento;

ALBERTO YOUSSEF, doleiro;

CONSÓRCIO CONSTRAN-UTC SÃO MANOEL, credor do precatório devido pelo governo maranhense;

MARCOS ANTÔNIO DE CAMPOS ZIEGERT, o "Marcão", que teria participado da entrega da propina ao governo maranhense;

WALMIR PINHEIRO SANTANA, diretor da UTC;

RICARDO RIBEIRO PESSOA, dono da UTC;

AUGUSTO CESAR RIBEIRO PINHEIRO, diretor da UTC;

ADARICO NEGROMONTE FILHO, também teria participado da entrega de propina ao governo maranhense;

RAFAEL ÂNGULO LOPEZ, igualmente teria participado da entrega de propina ao governo maranhense;

São indicadas pelo MP como testemunhas do caso:

MEIRE BONFIM POZA, ex-contadora de Alberto Youssef;

MARIA DA GRAÇA MARQUES CUTRIM, procurador do Estado aposentada;

ELPÍDIO COIMBRA ALVES, assessor de Maria da Graça Marques Cutrim à época dos fatos;

LAÉRCIO DA SILVA RAMOS (perito contábil)

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 7/05/2017 Página 5		<input type="checkbox"/> Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

MINISTÉRIO PÚBLICO

Roseana e mais 11 são denunciados

Ação Civil Pública foi ajuizada contra ex-governadora e outros 11 corréus por ato de Improbidade Administrativa pelo caso do pagamento de precatório de R\$ 33 milhões.

O promotor Lindonjehonson Gonçalves de Sousa, da 28ª Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Patrimônio Público e da Proibidade Administrativa ajuizou, no último dia 28 de abril, uma Ação Civil Pública (ACP) por ato de Improbidade Administrativa contra a ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney (PMDB) e outros 11 corréus, motivada pelo caso do pagamento de precatório de R\$ 33 milhões ao consórcio Constran/UTC.

O pagamento, segundo relatado pelo Ministério Público no pedido da ACP, teria sido feito "fora da ordem legal do precatório" ('furando a fila'), mediante pagamento de "vantagem financeira pessoal" (propina) de R\$ 33 milhões à então governadora Roseana, por meio de seu secretário da Casa Civil, João Abreu, que teria recebido tal quantia do doleiro Alberto Youssef (a serviço da Constran/UTC) nas dependências do pró-



A ex-governadora Roseana foi denunciada pelo pagamento de precatório

prio Palácio dos Leões (sede do governo do Maranhão).

O valor total da dívida do governo maranhense para com o consórcio Constran/UTC, segundo o MPMA, seria R\$ 113 milhões, dívida esta gerada após "supostas obras [das empreiteiras] na estrada federal BR-230, durante o mandato do governador Luís Alves Coelho Rocha [já falecido]".

O MP relata na ação que o acordo feito entre o governo do Maranhão e a Constran/UTC seria o pagamento dos R\$ 113 milhões do precatório devido em parcelas mensais de R\$ 4,7 milhões. O pedido de Ação Civil Pública contra Roseana Sarney e outras 11 pessoas foi feito pelo MPMA à juíza Luzia Madeiro Nepomuceno, da 1ª Vara da Fazenda Pública (São Luís).

DIVULGAÇÃO

LISTA DOS NOMES

A Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão atinge, além da ex-governadora Roseana Sarney, as seguintes pessoas e empresas:

João Abreu, ex-secretário da Casa Civil;

Helena Maria Cavalcanti Haickel, ex-procuradora-geral do Estado;

João Bernardo de Azevedo Bringel, ex-secretário de Estado do Planejamento e Orçamento;

Alberto Toussef, doleiro;

Consórcio Constran-UTC São Manoel, pessoa jurídica;

Marcos Antônio de Campos Ziegert, o 'Marcão', que teria participado da entrega da propina ao governo maranhense;

Waldir Pinheiro Santana, diretor da UTC;

Ricardo Ribeiro Pessoa, dono da UTC;

Augusto Cesar Ribeiro Pinheiro, diretor da UTC;

Adarico Negromonte Filho, que também teria participado da entrega de propina ao governo maranhense;

Rafael Ângulo Lopez, que igualmente teria participado da entrega de propina ao governo maranhense.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	07 / 05 / 2017	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
	Página	2

• Quem é o integrante do *parquet* que está à beira de um colapso de nervos porque sabia do conflito entre índios e pequenos agricultores de Viana, não tomou providência e agora corre riscos junto ao CNMP e outros organismos nacionais e internacionais de direitos humanos????!!!

• Será que a 'ex' imaginava que algum integrante do *parquet* teria coragem de fazer contra ela esse processo do caso dos precatórios da Constran/UTC????!!! Pior é que ainda tem um caso da estrada do Araçagi, outro da Via Expressa e um terceiro, e quase esquecido, da privatização do bem!!!



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros ESTADO
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	6 / 05 / 2017 Página 6	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Júri é suspenso a pedido do MP em São Domingos do Azeitão

Atendendo ao pedido de desaforamento ajuizado, em 30 de março, pelo Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário determinou a suspensão de um Tribunal de Júri previsto para ser realizado no dia 11 de maio em São Domingos do Azeitão.

A iniciativa de suspender o julgamento e tentar transferi-lo de São Domingos do Azeitão para São Luís é do promotor de justiça Laécio Ramos do Vale.

Em decisão liminar, de 19 de abril, o desembargador Antonio Bayma Araújo, da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, suspendeu o júri até o julgamento definitivo do pedido de desaforamento.

CRIME

O réu Iron Duarte de Sousa é acusado de homicídio qualificado, praticado em 2012. Ele atirou contra os adolescentes Bruno Pereira Carreiro e Pedro Costa Barros, de 13 e 12 anos, respectivamente. O primeiro levou um tiro na cabeça e faleceu e o segundo foi atingido na cabeça e no braço, mas conseguiu sobreviver. Consta na denúncia que o réu se encontrava no depósito de sua propriedade quando as duas vítimas, que vinham do colégio e brincavam nas imediações, movidos pela curiosidade, ergueram a cabeça sobre o muro e foram atingidos por tiros.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input checked="" type="checkbox"/> Outros ESTADO
DATA	6 / 05 / 2017 Página 6	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MPMA solicita fornecimento de água potável de forma contínua

Devido às constantes interrupções no fornecimento e à falta de tratamento da água que chega às residências do município de Viana, o Ministério Público do Maranhão propôs, em 25 de abril, Ação Civil Pública contra o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). A manifestação ministerial foi ajuizada pelo promotor de justiça Lindemberg do Nascimento Malagueta Vieira. Como medida de tutela antecipada, o MPMA requereu, dentro do prazo de 48 horas, o restabelecimento do fornecimento de água encanada e devidamente tratada, na cidade de Viana, tendo como parâmetro as exigências da Vigilância Sanitária. Também pediu que o SAAE se abstenha imediatamente de faturar

e cobrar dos consumidores de Viana, a tarifa, enquanto não for regularizado o fornecimento e a adequação da água aos padrões de consumo humano.

Em caso de descumprimento, o MPMA pediu à Justiça que determine o pagamento de multa diária pelo SAAE no valor de R\$ 15 mil, sendo R\$ 5 mil pelo diretor do referido órgão municipal. As quantias devem ser revertidas ao Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos.

INTERRUPÇÃO

Apesar da má qualidade da água e das constantes interrupções no fornecimento, a prestadora SAAE envia as contas regularmente a todos os consumidores, sem descontar os dias de interrupção. “Assim, pode-se concluir, que

a prestadora pratica de forma repetitiva duas lesões aos consumidores de Viana, uma, a interrupção do serviço, outra, a cobrança indevida pelo serviço não prestado”, afirmou, na ação, o promotor de justiça.

OUTROS PEDIDOS

O MPMA solicitou a condenação da prestadora à devolução em dobro de todas as tarifas cobradas nos últimos 10 anos. Outro pedido refere-se à reparação pelo dano moral coletivo causado aos consumidores no valor de R\$ 515.030,00. A quantia é referente à cobrança de R\$ 10 por habitante, conforme a população de Viana, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2016.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros GERAL
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	6 / 05 / 2017 Página 9	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Ex-prefeito é alvo de Ação Civil do MPMA por improbidade

O Ministério Público do Maranhão ajuizou, no dia 12 de abril, Ação Civil Pública por improbidade administrativa contra o ex-prefeito de São João do Caru, Jadson Lobo Rodrigues. De acordo com representação de vereadores do município, que deu origem à ação, quando exercia o cargo de prefeito, em 2015, o acionado diminuiu, sem nenhuma justificativa o valor referente à cota de duodécimo repassado à

Câmara de Vereadores de São João do Caru. Na Representação, os vereadores do município afirmam que, no período em que era presidente da Câmara, o vereador Hercílio Pereira dos Santos Júnior, aliado do então prefeito, os valores referentes à cota eram pagos regularmente. No entanto, quando houve mudança na presidência da casa e assumiu, entre 2015 e

2016, Raimundo Nascimento Costa, opositor de Jadson Lobo Rodrigues, o gestor começou a repassar valores menores para a Câmara. De acordo com o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira, titular da Promotoria da Comarca de Bom Jardim (da qual São João do Caru é termo judiciário), planilhas anexadas à representação demonstram que em 2014, quando o aliado presidia a Câmara.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	7 / 05 / 2017	Página 7,8
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO

Tribunal do Júri é suspenso a pedido do Ministério Público

Atendendo ao pedido de desaforamento ajuizado, em 30 de março, pelo Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário determinou a suspensão de um Tribunal de Júri previsto para ser realizado no dia 11 de maio em São Domingos do Azeitão.

A iniciativa de suspender o julgamento e tentar transferi-lo de São Domingos do Azeitão para São Luís é do promotor de justiça Laécio Ramos do Vale.

Em decisão liminar, de 19 de abril, o desembargador Antonio Bayma Araujo, da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, suspendeu o júri até o julgamento definitivo do

pedido de desaforamento.

CRIME - O réu Iron Duarte de Sousa é acusado de homicídio qualificado, praticado em 2012. Ele atirou contra os adolescentes Bruno Pereira Carreiro e Pedro Costa Barros, de 13 e 12 anos, respectivamente. O primeiro levou um tiro na cabeça e faleceu e o segundo foi atingido na cabeça e no braço, mas conseguiu sobreviver.

Consta na denúncia que o réu se encontrava no depósito de sua propriedade quando as duas vítimas, que vinham do colégio e brincavam nas imediações, movidos pela curiosidade, ergueram a cabeça sobre o muro e foram atingidos por

tiros.

DESAFORAMENTO - O deslocamento de um processo de um foro para outro, ou seja, mudança de comarca, é admitido pelo Processo Penal quando há dúvida sobre a imparcialidade do júri.

São Domingos do Azeitão tem 7.259 habitantes, segundo dados do IBGE, e o réu e a família dele são proprietários dos maiores estabelecimentos comerciais, fornecendo mercadorias para toda a cidade e são os maiores empregadores.

Segundo informações obtidas pela Promotoria de Justiça, cerca de 80% da população local são clientes e dependem do

crédito que possuem junto aos estabelecimentos comerciais da família do réu.

Além disso, o MPMA constatou que o réu contratou para trabalhar em seu comércio o sobrinho da principal testemunha de acusação. “Sendo assim, resta cristalino que a imparcialidade do julgamento está seriamente comprometida, sendo perceptível a necessidade de desaforamento para outra comarca, distante da forte influência que o réu exerce na sociedade de São Domingos do Azeitão”, argumenta, em sua manifestação, o promotor de justiça Laécio Ramos do Vale.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial Pequeno	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	7 / 05 / 2017	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
	Página 3	

Propina a Sarney

O empresário Luiz Fernando Nava Maramaldo, sócio da NM Engenharia, detalhou, em depoimento ao Ministério Público Federal, o repasse de propina a assessores de políticos do PMDB – entre eles um assessor do ex-senador José Sarney –, a pedido de Sérgio Machado, delator e ex-presidente da Transpetro. Maramaldo contou em delação premiada que a empresa dele fez doações oficiais que, na verdade, eram propina – dinheiro desviado de contratos da empresa com a Transpetro. Segundo o empresário, o ex-presidente da Transpetro pediu pra que valores de contratos da estatal fossem pagos a Amauri Cesar Piccolo, servidor público vinculado a José Sarney.

Prefeita investigada

O Ministério Público do Maranhão abriu investigação contra a prefeita de São João

dos Patos, Gilvana Evangelista de Souza, conhecida como Gilvana do Zé Mário (PDT), por possível prática de improbidade administrativa.

A prefeita é suspeita de ter contratado a empresa K. Maria Sodré de Souza, que seria pertencente a um vereador de sua base aliada na Câmara, para realização das festas do Carnaval 2017.

Golpes em mulheres

Um homem identificado como Diego Nogueira Meneses de Nóbrega (que usa também o nome falso de Vinícius Oliveira Viegas) está aplicando golpes em mulheres maranhenses. Segundo a polícia, o golpista entra em contato com suas vítimas pelas redes sociais e consegue que elas aluguem um carro para ele. Depois some, levando o veículo.

O golpe já teria vitimado mais de 100 mulheres em vários estados.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros OPINIÃO
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	8 / 05 / 2017	Página 5
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Só dois — Amigos íntimos da ex-governadora Roseana Sarney continuam desdenhando do Ministério Público Estadual pelo que chamam de encheção de saco com as tentativas de envolver seu nome na Operação Simulacro pelo promotor Paulo Roberto Ramos por causa do desvio de quase R\$ 1 bilhão e na denúncia do promotor Lindonjonson Sousa no caso do consórcio Constran/UTC pelo repasse ilícito de R\$ 33 milhões. Mesmo com a Justiça aceitando as denúncias, os colegas afirmam que a pré-candidatura ao governo, em 2018, tem ocupado seu precioso tempo.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros VIDA
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	7 / 05 / 2017 Página 2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Vítimas de acidente com transporte escolar serão indenizadas

Sentença assinada pelo juiz Thadeu de Melo Alves, titular da comarca de Bacuri, condena o estado do Maranhão e o município de Bacuri ao pagamento solidário de indenização a familiares de vítimas fatais (danos morais e materiais) e sobreviventes (danos morais, materiais e estéticos) do acidente ocorrido em 29 de abril de 2014 com veículo tipo "pau-de-arara" que transportava 22 (vinte e dois) alunos da

rede pública estadual de ensino, no qual oito alunos perderam a vida.

De acordo com a sentença, para o grupo de familiares de adolescentes falecidos no acidente a indenização por danos morais é de R\$ 289.600,00 (duzentos e oitenta e nove mil e seiscentos reais), bem como indenização por danos materiais inerentes ao pagamento de verbas alimentares a ser paga por meio de pen-

são mensal no importe de 2/3 do salário mínimo nacional. A pensão deve ser paga no período que compreende a data em que cada vítima completaria 14 anos até a data em que atingiria 25 anos de idade, quando deverá ser reduzida para 1/3 do salário mínimo, valor a ser pago até a data em que cada uma das vítimas completaria 65 anos de idade. Cabe ainda aos familiares das vítimas, indenização por danos materiais

relativos ao pagamento das despesas realizadas com funeral e o luto das famílias, "valores a serem apurados por meio de liquidação de sentença".

Já para cada adolescente com sequelas permanentes em razão do acidente, a sentença estabelece indenização por danos morais no valor de R\$ 57.920,00 (cinquenta e sete mil, novecentos e vinte reais), mais indenização por danos estéticos no mesmo valor (R\$ 57.920,00).

EXTRATO DE EDITAL CONCORRÊNCIA N° 002/2017 SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE SEST

A Comissão de Licitações do SEST, Serviço Social do Transporte comunica aos interessados que realizará concorrência para empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva e consultórios odontológicos da unidade SEST/SENAT - B09, situado na Avenida João Pessoa, nº 242, Bairro Jordão, S. Luis/MA, cujo recebimento dos envelopes contendo a documentação e a proposta se no dia 23/05/2017, às 15h00min. Para retirada do edital e acesso às demais informações, os interessados deverão dirigir-se a Unidade do SEST/SENAT - B09, das 14:30 às 17:30 h.

ASS COMISSÃO DE LICITAÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	7 / 05 / 2017	Página 3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Miudinhas

- A Justiça condenou o Estado do Maranhão e o Município de Bacuri a pagar indenização a familiares dos oito estudantes que morreram no município em 29 de abril de 2014, quando eram transportados numa caminhonete improvisada como "pau de arara" pela prefeitura.
- A indenização por danos morais será de cerca de R\$ 290 mil. Pelos danos materiais, as famílias receberão uma pensão mensal no valor de dois terços do salário mínimo nacional.
- Em visita, na última semana ao 8º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, o Prefeito de Pinheiro, Luciano Genésio (PP), acompanhado de sua equipe de governo, anunciou a parceria para a instalação de uma unidade do Colégio Militar e do Programa Bombeiro Mirim, naquele município.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros GERAL
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	6 / 05 / 2017	Página 9
	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Bacuri Município e Estado são condenados a indenizar familiares e vítimas de acidente

Sentença assinada pelo juiz Thadeu de Melo Alves, titular da comarca de Bacuri, condena o Estado do Maranhão e o Município de Bacuri ao pagamento solidário de indenização a familiares de vítimas fatais (danos morais e materiais) e sobreviventes (danos morais, materiais e estéticos) do acidente ocorrido em 29 de abril de 2014 com veículo tipo "pau-de-arara" que transportava 22 alunos da rede pública estadual de ensino, no qual oito alunos perderam a vida.

De acordo com a sentença, para o grupo de familiares de adolescentes falecidos no acidente a indenização por danos morais é de R\$ 289.600, bem como indenização por danos materiais inerentes ao pagamento de verbas alimentares a ser paga por meio de pensão mensal no importe de 2/3 do salário mínimo nacional. A

pensão deve ser paga no período que compreende a data em que cada vítima completaria 14 anos até a data em que atingiria 25 anos de idade, quando deverá ser reduzida para 1/3 do salário mínimo, valor a ser pago até a data em que cada uma das vítimas completaria 65 anos de idade. Cabe ainda aos familiares das vítimas, indenização por danos materiais relativos ao pagamento das despesas realizadas com funeral e o luto das famílias, "valores a serem apurados por meio de liquidação de sentença". Já para cada adolescente com sequelas permanentes em razão do acidente, a sentença estabelece indenização por danos morais no valor de R\$ 57.920; mais indenização por danos estéticos no mesmo valor R\$ 57.920, além de "indenização por danos materiais inerentes ao pagamento de pensões correspondentes à importância do



Veículo D-20 que capotou com estudantes em 2014, no município de Bacuri

trabalho para que as vítimas se inabilitarão por impossibilidade ou diminuição da capacidade de trabalho, valor a ser apurado por meio de liquidação de sentença". Adolescentes com sequelas temporárias deverão ser indenizados por danos morais em R\$ 36.200, mais indenização por danos estéticos no mesmo valor. Para os adolescentes que ficaram sem sequelas (temporárias ou

permanentes) a indenização por danos morais é de R\$ 28.960. Cabe ainda aos dois grupos de adolescentes (com sequelas temporárias e sem sequelas) a indenização por danos materiais inerentes ao pedido de pagamento do tratamento das vítimas que dependerem de procedimentos e internações não custeadas pelo SUS. O valor deve ser apurado em liquidação de sentença.

Divulgação



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	7 / 05 / 2017	Página 7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Maranhão lidera número de casos de conflitos no campo

Dado é da Comissão Pastoral da Terra, que detalhou as ocorrências, como o caso dos índios Gamela, em Viana

O Maranhão é o estado do país com os maiores registros de conflitos no campo no país. A constatação tem como base o índice de ocorrências do ano passado, catalogados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e encaminhadas a O Estado, envolvendo fazendeiros, indígenas, membros de comunidades quilombolas e de movimentos fundiários. Atualmente, de acordo com a entidade, mais de

um terço (aproximadamente 34%) do território maranhense é dominado por confrontos cujo "prêmio" é um pedaço de terra.

No total, ainda segundo levantamento da CPT, em 75 cidades do estado houve disputa por terras somente no ano passado. Entre os municípios que apresentam as maiores tensões envolvendo disputas de terras, estão Codó (com 16 conflitos somente em 2016), Matinha/Viana - região onde

ocorreu no dia 30 do mês passado um conflito entre os índios Gamela e possíveis representantes de fazendeiros da região - (com 15 casos) e São Luís (com 11 casos).

Maranhão supera

Considerando o saldo total de 196 conflitos, o Maranhão supera estados conhecidos nacionalmente por possuírem grandes áreas consideradas propícias para conflitos agrários, como Rondônia (que



Índio Gamela que foi ferido em conflito ocorrido na cidade de Viana

está em segundo lugar no índice de conflitos de terras, com 172 casos), Bahia (com 164 ocorrências), Pará (143 casos) e Minas Gerais (116 ocorrências).

Entre os fatores citados para a alta ocorrência de casos deste tipo

no estado está a expansão do agro-negócio, que faz elevar a especulação imobiliária rural - especialmente nos municípios com grandes áreas produtoras. E mais: grilagem (prática antiga de falsificação de documentos para a retomada ilegal de

terras consideradas devolutas, o de terceiros) e a duplicidade de registros que, na prática, seriam de ou mais pessoas dizendo ser "donos da mesma terra".

Segundo o integrante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão (OAB), Rafael Silva, somados a estes fatores está o desrespeito às origens étnicas, já que muitas das terras em disputa no estado pertencem a grupos sociais e comunidades desde os séculos anteriores. "Quando não há este respeito às populações que detêm os direitos das terras há muito tempo aumenta a possibilidade de conflitos nestas regiões", disse.

Ele citou ainda a ausência, por parte de órgãos especializados, de projetos de regularização dos lotes de terra. O Estado tentou contatá-lo durante toda a semana, com representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT). No entanto, nenhum representante foi localizado para comentar sobre os números. ●

Integra em oestadoma.com/ 427784



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros GERAL
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	7 / 05 / 2017 Página 6	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Uma semana após conflito, Polícia investiga caso e garante situação sob controle

O povoado Baías, em Viana, foi palco, no último domingo (30), de um conflito entre agricultores e índios da etnia Gamela que deixou sete pessoas feridas e acirrou os ânimos por disputa de terras na região. Logo após o confronto, o governador Flávio Dino delimitou uma força-tarefa para apurar o caso, garantir a paz e atender todos os feridos. Depois de uma semana, a presença intensiva da Polícia Militar, com o reforço da Polícia Federal, tem garantido que nenhum conflito volte a ocorrer.

Ainda na segunda-feira (1º), o governo do Maranhão se pronunciou acerca do conflito fundiário envolvendo gamelas e moradores da zona rural de Viana, e garantiu que o que estivesse ao alcance do Estado seria feito, já que as demarcações de terras indígenas são de competência da União. Logo na terça-feira (2), o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, o delegado-geral da Polícia Civil, Lawrence Melo e o subcomandante da Polícia Militar, coronel Jorge Luongo, estiveram no povoado Baías para iniciar a investigação do caso e ratificar a presença

das forças de segurança para garantir a paz.

A situação conflituosa envolvendo gamelas e agricultores de povoados de Viana teve início há cerca de um ano e meio. Em agosto de 2016, o governo do Maranhão enviou ofício à Funai comunicando o problema. O órgão respondeu em outubro alegando falta de recursos para realizar os estudos que comprovem que as terras da região pertencem ou não aos indígenas. O governador Flávio Dino explicou que há um inquérito policial instaurado, com vários delegados designados para a tarefa, e um coronel da Polícia Militar permanentemente na área, além do reforço de duas equipes do Grupo de Operações Especiais (GOE) e três de São Luís e Viana. “Aquilo que podemos fazer, estamos fazendo. Sobretudo visando prevenir novos conflitos”, pontuou o governador.

INVESTIGAÇÕES

As investigações em relação ao confronto ocorrido do último domingo foram iniciadas imediatamente o início dos episódios. O delegado Regional de Viana, Jorge Pacheco, afirmou que

na primeira semana mais de 10 pessoas – entre indígenas e agricultores – foram ouvidas para que a Polícia possa obter o maior número de informações possíveis. Até o momento, de acordo com ele, as informações são de que os dois lados estavam portando armas de fogo, facões e facas. Para Pacheco, não há espaço para a ocorrência de outro grande confronto envolvendo gamelas e moradores da zona rural de Viana, devido ao forte policiamento do local. Sobre o dia do confronto, ele afirmou que o principal objetivo tanto da Polícia Civil, quanto da Polícia Militar, foi socorrer os feridos e levar para o hospital. “O segundo momento foi reforçar a área e o terceiro está ocorrendo agora, com o inquérito sobre o caso”, realçou o delegado.

O tenente-coronel da Polícia Militar José Maria Aires foi enviado pelo governo do Estado para chefiar a ação na região onde houve o confronto. Segundo ele, a situação atualmente está sob controle. “Estamos fazendo rondas, a todo momento, e estamos atentos a tudo, e, por enquanto, não houve novas ocorrências”, esclareceu.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
DATA 7 / 05 / 2017 Página 7		<input type="checkbox"/> Outros
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Polícia investiga conflito de índios em Viana e garante situação sob controle

O povoado Baías, em Viana, foi palco, no último domingo (30), de um conflito entre agricultores e índios da etnia Gamela que deixou sete pessoas feridas e acirrou os ânimos por disputa de terras na região. Logo após o confronto, o governador Flávio Dino delimitou uma força-tarefa para apurar o caso, garantir a paz e atender todos os feridos. Depois de uma semana, a presença intensiva da Polícia Militar, com o reforço da Polícia Federal, tem garantido que nenhum conflito volte a ocorrer.

Ainda na segunda-feira (1º), o Governo do Maranhão se pronunciou acerca do conflito fundiário envolvendo gamelas e moradores da zona rural de Viana, e garantiu que o que estivesse ao alcance do Estado seria feito, já que as demarcações de terras indígenas são de competência da União. Logo na terça-feira (2), o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, o delegado-geral da Polícia

Civil, Lawrence Melo e o subcomandante da Polícia Militar, coronel Jorge Luongo, estiveram no povoado Baías para iniciar a investigação do caso e ratificar a presença das forças de segurança para garantir a paz.

A situação conflituosa envolvendo gamelas e agricultores de povoados de Viana teve início há cerca de um ano e meio. Em agosto de 2016, o Governo do Maranhão enviou ofício à Funai comunicando o problema. O órgão respondeu em outubro alegando falta de recursos para realizar os estudos que comprovem que as terras da região pertencem ou não aos indígenas. O governador Flávio Dino explicou que há um inquérito policial instaurado, com vários delegados designados para a tarefa, e um coronel da Polícia Militar permanentemente na área, além do reforço de duas equipes do Grupo de Operações Especiais (GOE) e três de São Luís e Viana. "Aquilo que podemos fazer, estamos

fazendo. Sobretudo visando prevenir novos conflitos", pontuou o governador.

INVESTIGAÇÕES - As investigações em relação ao confronto ocorrido do último domingo foram iniciadas imediatamente o início dos episódios. O delegado Regional de Viana, Jorge Pacheco, afirmou que na primeira semana mais de 10 pessoas – entre indígenas e agricultores – foram ouvidas para que a Polícia possa obter o maior número de informações possíveis. Até o momento, de acordo com ele, as informações são de que os dois lados estavam portando armas de fogo, facões e facas.

O tenente-coronel da Polícia Militar José Maria Aires foi enviado pelo Governo do Estado para chefiar a ação na região onde houve o confronto. Segundo ele, a situação atualmente está sob controle. "Estamos fazendo rondas, a todo momento, e estamos atentos a tudo, e, por enquanto, não houve novas ocorrências", esclareceu.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Vida</i>
DATA <i>06 / 05 / 2017</i>	Página <i>8</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Balas de ambos os lados

Delegado regional de Polícia Civil do município de Viana confirma que índios e moradores estavam portando armas de fogo

MIVAN GEDEON
ENVIADO ESPECIAL

FOTOS: PAULO MALHEIROS

VIANA (MA) - Uma das principais divergências do confronto entre os índios Gamela e moradores do povoado Bahias, no município de Viana, a 220km de São Luís, era se os índios estavam ou não portando armas de fogo no momento do conflito. E segundo as investigações, feitas pelo delegado regional de Polícia Civil do município, Jorge Pacheco, tanto os índios, quanto os proprietários de terras, estavam com armas de fogo durante o confronto do último domingo (30 de abril).

O próprio caseiro do Sítio Aires Pinto, local do conflito e onde houve uma tentativa de reocupação por parte dos índios no último domingo, confirmou para a equipe de **O Imparcial** que os índios estavam sim armados. Por outro lado, os moradores não negam que também estavam munidos de armas de fogo e facões.

"Eles estavam todos armados, e não era só com flechas e facões não, mas com armas também. Minha esposa ficou muito abalada e em pânico. Sua pressão até subiu! Agora não quer nem ficar mais aqui no sítio, foi para a casa da mãe dela", afirmou Carlos Augusto Cunha, conhecido como "seu Bajaco", porque os índios invadiram um sítio próximo da reunião da qual eles apontam



Osmar Gamela, em depoimento ao Conselho dos Direitos Humanos, diz que índios não estavam com armas de fogo, porém, o morador Lourival afirma que havia armas dos dois lados

Eu estava na reunião e acompanhei tudo até o momento do tiroteio. Inclusive, peguei uma bala de raspão na cabeça. Eu vi muito índio armado. Você acha que eles iriam invadir um terro sem estar armados?

Lourival Mendes Pinheiro, morador

como estopim de uma articulação para atacá-los.

A razão, segundo os Gamela, teria sido para desviar o ataque que seria feito no sítio onde eles já estão assentados, localizado no povoado de Cajueiro Piraf. "A gente se

deslocou para lá, para que eles não viessem para cá, que tinha crianças e idosos", explica Oscar Gamela, em depoimento para os conselheiros da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular do governo estadual.

ARTICULAÇÃO

Os índios informaram também que a articulação começou com os moradores do povoado São Miguel, após uma entrevista na Rádio Mucutu, do município de Viana, que contou com a presença do deputado federal Aluísio Mendes. Após estas entrevistas, carros de som começaram a circular nos bairros, convocando a população para esta reunião. "Neste anúncio, já havia uma incitação aos moradores contra a gente, pois o carro de som anunciava que a gente iria invadir a casa dos moradores", diz Oscar.

A MOVIMENTAÇÃO NO DIA DO CONFLITO

No domingo, durante a reunião anunciada na rádio, os índios foram reocupar uma propriedade próxima do local do evento. E assim que houve a invasão, foi seu Bajaco que avisou aos moradores presentes na reunião que o sítio estava sendo invadido. Revoltados, os moradores foram munidos de arma branca e de fogo para o local. A Polícia Civil também estava no local e fez o papel de conciliador, pedindo que os índios saíssem da propriedade para evitar um confronto. Vendo que o número de moradores era maior que o deles, os índios começaram a recuar, segundo a versão dos Gamela. "A gente viu que tinha muito morador, então, nós começamos a recuar. Foi aí que eles atacaram, quando a gente estava em retirada", explica Oscar Gamela. Para o morador Lourival Mendes Pinheiro, se houve troca de tiros, é porque os dois lados estavam armados. "Eu estava na reunião e acompanhei tudo até o momento do tiroteio. Inclusive, peguei uma bala de raspão na cabeça. Eu vi muito índio armado. Você acha que eles iriam invadir um terro sem estar armados?", questiona.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde	
(X) Pequeno	() Correio de Notícias	(X) Outros
() Debate	() O quarto poder	
() Extra	() Internet / Blog	
DATA 06 / 05 / 2017	Página 2	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Moradores de Viana (MA) negam origem indígena de feridos em confronto

Carlos Madeiro

Colaboração para o UOL, em Viana (MA)

A repercussão da violência no confronto entre indígenas e moradores da zona rural de Viana (a 220 km de São Luís), no último dia 30, levantou um debate entre moradores na cidade: quem são esses indígenas que teriam surgido do nada e que são desconhecidos na região? Durante dois dias, a reportagem do UOL andou por comunidades e ouviu dezenas de moradores da área pleiteada pelos indígenas. Todos afirmaram que não conheciam nem tinham notícias de ocupação indígena no município há pelo menos dois séculos.

A disputa pela terra atinge antigos moradores de povoados, que têm a posse das terras. Essa área, porém, seria pertencente aos índios gamelas, que teriam recebido a doação da Coroa Portuguesa, ainda em 1759. Os índios, dizem moradores, deixaram de viver em tribos e se integraram à cidade desde pelo menos o século 19.

A partir de 2015, quatro propriedades foram ocupadas, e os donos legais dela foram expulsos pelo grupo que se autodeclara indígena. A ação é chamada de "retomada de território" e criou enorme tensão na região disputada.

CASAS DE TAIPA EM TERRENOS PEQUENOS

Na terra requerida pelos indígenas não há grandes fazendas. São em sua maioria pequenos proprietários e trabalhadores rurais que vivem da agricultura de subsistência, como plantações e pesca, e dependem dos precários serviços públicos.

São raras as propriedades com mais de dez hectares. Também não há casas ou construções luxuosas – pelo contrário, são imóveis normalmente pequenos, alguns de taipa. É em meio a esse cenário que o grupo formado por cerca de 1.400 autodeclarados índios iniciou a série de ocupações. A última delas ocorreu justamente no domingo. O alvo foi o sítio Ares Pinto. A população local se rebelou contra a ocupação e teve início um confronto armado que expulsou os índios e resultou em 13 feridos hospitalizados. Hoje, os gamelas não são registrados na lista de povos pela Funai (Fundação Nacional do Índio) e não têm terras demarcadas ou mesmo em estudo pela União. Apenas no ano passado houve um pedido oficial para realizar estudos antropológicos e dar início a uma demarcação.

MORADORA MAIS ANTIGA DIZ QUE 'NUNCA OUVIU FALAR' EM ÍNDIO

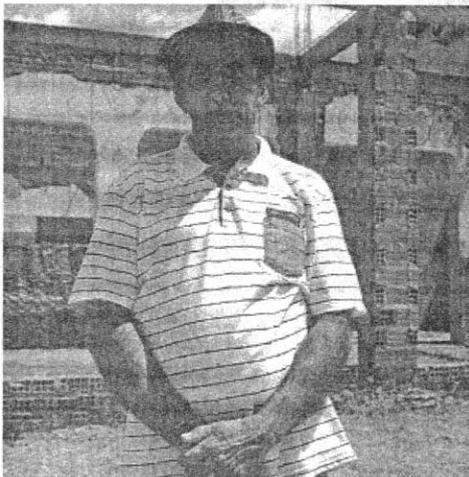
Entre moradores da zona rural de Viana, a grande adesão de autodeclarações indígenas é considerada uma "seita". "Só pode ser coisa do demônio isso. Não tem explicação como é que gente daqui, que se criou conosco, que todo mundo conhece, de uma hora para outra larga tudo para dizer que é índio e viver tomando terra. Muitos deles têm terreno já. Acredito que acham que podem ganhar novas terras", disse um morador que pediu para não ser identificado nem fotografado. Eles contam que os habitantes das comunidades passaram a ser cooptados para que se declarassem índios e passassem a lutar pelo direito à terra. A maioria recusou, mas alguns posseiros e trabalhadores acabaram aceitando. A moradora mais antiga da região das pretendidas terras é Maria de Lourdes Borges. Aos 81 anos, ela nasceu e viveu em duas comunidades rurais de Viana e garante que nunca existiram índios nessa região. "Esses anos todos que estou aqui nunca ouvi falar em índio. Esses que se dizem agora são moradores daqui, civilizados, não têm nada de indígena. É invenção deles", conta. O filho de Maria, Mariano Borges, conta que estudou com muitos dos que agora se intitulam índios. "Conheço

tudinho, não tem nenhum ali que seja índio. Pode até ser descendente, ter algo assim, mas nenhum nunca falou nada disso", afirma.

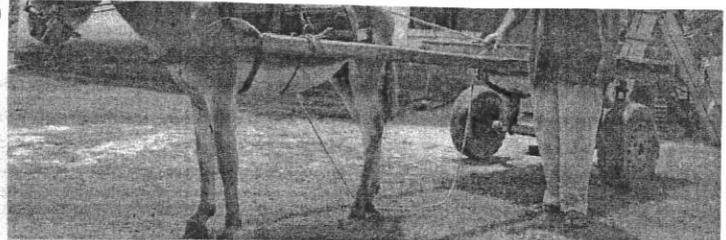
ALDEIAS MISTAS

Os cerca de 1.400 autodeclarados indígenas pedem o direito à posse de 14 mil hectares de terra que cortam três municípios maranhenses: Viana, Matinha e Penha. Nessas terras há pelo menos 42 comunidades formadas, em sua maioria, por não-indígenas. Os gamelas afirmam não possuir um líder e vivem espalhados em dez das 42 comunidades – sendo quatro delas só com integrantes da etnia. Os que passaram pelo confronto estão na aldeia Cajueiro Pirajá – que na verdade é uma grande casa de uma das quatro propriedades "retomadas" e que têm processo de reintegração judicial tramitando na Justiça Federal de São Luís.

Um dos que fala pelo grupo é Inaldo Gamela. Ele alega que a busca pela legalização da terra ocorreu por conta do avanço das cercas na área. "Eles foram colocando cerca e hoje estamos só com 500 hectares. Por que devemos aceitar? Procuramos a Funai, mas não vamos esperar parados, vamos fazer nossas retomadas", afirma. Quando questionado de o porquê da demora em buscar o direito à terra, outro líder, Francisco Jansen Gamela, disse: "Isso não posso responder".



Mariano Borges conta que estudou com muitos dos que agora se intitulam índios. "Conheço tudinho, não tem nenhum ali que seja índio"



Carlos Augusto Nascimento, caseiro de uma das propriedades que autodeclarados índios gamelas tentaram retomar na comunidade de Viana (MA)



Inaldo Gamela, autodeclarado da etnia gamela e um dos que buscam a posse de terras que seriam dos índios

FUNAI EXPLICA CRITÉRIOS PARA SER CONSIDERADO ÍNDIO

Segundo Bruno de Lima e Silva, da Funai maranhense, que está em Viana para acompanhar o caso, a pré-fase de qualificação da etnia foi concluída em julho do ano passado. Agora, é necessária a criação de um grupo de trabalho para que antropólogos e pesquisadores investiguem o caso. Porém, para serem reconhecidos, são necessários três elementos: a autodeclaração, o reconhecimento de outras tribos e a historicidade. "Quanto à historicidade não há o que contestar", diz Daiane Veras, técnica da Funai que também está acompanhando os índios em Viana.



Maria de Lourdes Borges, 81, a mais antiga moradora da região de Viana: "Nunca ouvi falar de índio aqui"



O índio Francisco Jansen, ferido em confronto em Viana (MA), diz que levou cinco tiros



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política (X) Cidades / Urbano () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde	
(X) Pequeno	() Correio de Notícias	() Outros
() Debate	() O quarto poder	
() Extra	() Internet / Blog	
DATA 7 / 05 / 2017	Página 9	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Infraestrutura precária Falta de remédio, produtos de higiene e superlotação revoltam pacientes e familiares em hospitais públicos de SL

No Socorrão 1, pacientes são acomodados nos corredores por falta de leito; outro problema é a falta de remédios, itens de higiene pessoal e

No Socorrão 2, parte do teto e do forro caiu em 18 de fevereiro, mas os serviços de requalificação ainda não teriam sido finalizados

LUCIENE VIEIRA

Nos dois principais hospitais públicos de São Luís, o serviço de saúde apresenta dificuldades. Passado quase três meses da data em que parte do telhado e do forro da ala de emergência do Hospital Municipal Clementino Moura (Socorrão 2), localizado na Avenida Tancredo Neves, da Cidade Operária, desabou, a reforma do prédio ainda não teria sido concluída. Já no Djalma Marques (Socorrão 1), localizado entre as ruas Passeio e Cajazeiras, no centro da cidade, os pacientes estão acomodados nos corredores. No Socorrão 1, acompanhantes das pessoas internadas disseram faltar higienização adequada dos ambientes internos do prédio, e seria os parentes dos enfermos quem, às vezes, precisam comprar a medicação e os itens de higiene pessoal.

Sobre o Clementino Moura, um médico da rede pública de saúde da capital, que preferiu ter a identidade preservada, foi quem informou ao Jornal Pequeno sobre o telhado da ala de emergência do Socorrão 2 ter desabado no dia 18 de fevereiro, e, por conta disso, a clínica médica do hospital estaria fechada. Devido às chuvas registradas naquele mês, houve infiltração na ala do hospital, e com relatos de cupins na madeira do teto, as cargas d'água potencializaram um problema antigo, resultando no desabamento.

O profissional de saúde disse que os pacientes tiveram que ser transferidos para outras alas do hospital e para outras unidades de assistência médica, como as Unidades Mistas dos bairros São Bernardo e Bequimão. Segundo o médico, atualmente apenas as alas de traumatologia e as salas de cirurgia estariam funcionando. Na última sexta-feira (5), a reportagem do Jornal Pequeno esteve no hospital e verificou a situação. Na oportunidade, o auxiliar de ambulância, que preferiu não se identificar, falou sobre o episódio do desabamento, em fevereiro.

No entanto, ele contou que recentemente o espaço destinado aos casos de emergência voltou a ser aberto e aos poucos os pacientes voltaram a ocupá-lo. O auxiliar de ambulâncias detalhou que uma empresa terceirizada foi contratada para fazer os reparos no forro de gesso do Socorrão 2, e durante a obra de reparo os pacientes foram mantidos no ambiente. "Uma equipe veio fazer o reparo, mas não esperava que o teto caísse sobre o gesso, fazendo com que



Conforme denúncias, setor de emergência do Socorrão II está desativado desde desabamento de parte do telhado

o forro desabasse. A madeira do telhado estava com cupim. No dia do reparo, havia pessoas se recuperando de processos operatórios na ala, pois, aqui 'todo mundo' fica misturado, inclusive, na emergência", disse o auxiliar de ambulância, ao complementar que, atualmente, apenas as telhas do teto foram colocadas, já o forro, ainda não. Durante o período que a reportagem do Jornal Pequeno esteve no Socorrão 2, na sexta, não foi identificado nenhum parente de pessoas internadas, que estivessem na ala de emergência. No entanto, um senhor, acompanhado de familiares, e que sofria com dores na coluna, buscou atendimento, mas, teve que voltar para casa ou procurar outro hospital, pois no Socorrão 2 não haveria médico especializado em ortopedia que pudesse atendê-lo.

DJALMA MARQUES

Enquanto a situação não é resolvida no Clementino Moura, no Hospital Djalma Marques (Socorrão 1), pelas brechas do portão de entrada, ainda na sexta, a reportagem do JP constatou pacientes jogados pelos corredores da unidade de saúde, de forma deplorável. Mesmo sem acesso à parte interna do prédio, a reportagem conversou com parentes e amigos de pacientes, que estavam do lado de fora do hospital.

Uma promotora de vendas, que tinha saído para lancha, contou que há 20 dias acompanha sua mãe, que está internada devido a problemas nos rins. Ela contou que sua mãe ficou por três dias na maca de uma ambulância, até ser

transferida para um leito. "Mas, para isso, tive que subornar o maqueiro do Hospital. Paguei o custo de R\$ 10 para o maqueiro. No Socorrão 1 se paga de R\$ 10 a R\$ 30 para se conseguir uma maca. De outro jeito, dificilmente o paciente é transferido para um leito", informou.

A promotora de vendas contou ainda que sua mãe chegou ao hospital em uma ambulância, e a maca que o paciente permaneceu nos primeiros dias de internação pertencia ao veículo destinado exclusivamente ao transporte de enfermos. "Ouvi falar no hospital que São Luís tem 18 ambulâncias, mas apenas oito estão circulando pela cidade, devido os pacientes que chegam nas macas dos carros permanecerem nelas, quando o equipamento deveria voltar para as ambulâncias. Tem muita gente nos corredores, sem as macas."

FALTAM REMÉDIO E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL

Se não bastasse a falta de espaço e leitos para acomodar os pacientes, os parentes reclamaram, ainda, da falta de medicamentos e de produtos de higiene pessoal. "Minha mãe foi medicada porque comprei os remédios, ela precisa tomar todos os dias medicação de pressão e gastrites", disse a promotora de vendas.

O aposentado Raimundo Nonato Teixeira, que está com a filha de 13 anos internada com dificuldades respiratórias, disse que foi orientado pela enfermeira e pela assistente social a levar ao hospital até material de higiene pessoal. "Se quisermos que nosso parente tome banho com sabonete, devemos trazer o

produto", completou.

"Meu filho Laurivan de Jesus Reis Soares, de 35 anos, está na maca. Está tendo convulsões, mas não é epilepsia. Se Deus quiser, será encaminhado para um leito em breve", relatou a dona de casa Maria de Jesus Reis Soares, de 64 anos.

Por fim, a falta de limpeza em diversos ambientes do hospital também seria motivo de reclamação. "Os banheiros são nojentos para um hospital. Alguns lugares, como os corredores, ficam imundos", disse um funcionário que também não quis se identificar.

OUTRO LADO

Por meio de nota, a Secretaria Municipal de Saúde (Semus) informou que eventuais situações de demora no atendimento aos pacientes no Hospital Djalma Marques, Socorrão I, deve-se ao aumento da demanda na rede de urgência e emergência do município, e que realiza o atendimento de todos os pacientes que buscam a unidade de saúde de acordo com a classificação de risco. Quanto ao Socorrão II, a Semus comunicou que o setor de emergência clínica da unidade foi fechada temporariamente para reparos no forro, e que a obra é parte de um serviço de manutenção do telhado, que já estava em curso na unidade. Por fim, a Secretaria esclareceu ainda que todos os pacientes que se encontram na ala foram encaminhados para outras unidades de saúde e que a emergência ortopédica, assim como os outros setores do hospital, estão funcionando normalmente.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 8 / 05 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Paraibano Professor municipal é encontrado morto amarrado à árvore

Um professor municipal foi encontrado morto na cidade de Paraibano, situada no leste do Maranhão, na tarde desta sexta-feira (5), pouco depois das 16h. Ivanildo Pereira Costa, como se chamava a vítima, estava amarrado com plásticos em uma árvore, em uma área de mata densa, na zona rural do município. A polícia descônfiava de que ele tenha sido torturado antes de ser assassinado.

Como descoberto pela reportagem do **Jornal Pequeno** junto às suas fontes, a polícia encontrou o corpo do professor após ter localizado um veículo Fiat Strada incendiado no meio do mato, ainda expelindo fumaça. Como Ivanildo havia sido visto pela última vez em um automóvel do mesmo modelo, os policiais civis e militares se embrenharam na vegetação e avistaram o cadáver, a alguns metros do local.

O professor estava de cuecas e trajando uma camisa de cor azul. A boca dele estava enrolada com o plástico, assim como seus punhos. Ele estava em uma região conhecida como "Lixão", às margens da BR-135, na saída para São João dos Patos.

O SUMIÇO

Ivanildo, que era conhecido como "Manim", havia saído de casa na quinta-feira (4), por volta das 20h, mas não retornou. Familiares e amigos, então, acionaram a polícia e também os meios de comunicação, desesperados para encontrá-lo logo, temendo o pior, que, infelizmente, aconteceu. (NM)

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	08 / 05 / 2017	Página 7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

200 mil pés de maconha incinerados pela polícia no interior do Maranhão

Treze áreas plantadas foram descobertas pela Operação Tarim, nos municípios de Maracaçumé, Centro do Guilherme e Centro Novo; um traficante foi preso

Mais 200 mil pés de maconha, segundo a polícia, foram incinerados ontem durante a segunda fase da operação Tarim realizada pelas equipes da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), do Centro Tático Aéreo (CTA) e da Polícia Militar nas cidades de Maracaçumé, Centro do Guilherme e Centro Novo.

Ainda de acordo com as informações da polícia, foram 13 áreas plantadas encontradas pela polícia nas três cidades. A droga estava em um local de difícil acesso. Havia dois tipos de plantas, uma delas do tipo "planteira", usada como semente, e outras próprias para o comércio.

A polícia informou, também, que havia plantas de aproximadamente 2 metros de altura. Os policiais ainda conseguiram prender um traficante, nome não revelado, e apreenderam uma pequena embarcação artesanal, armas e munição. Uma parte desse entorpecente foi incinerada no local, enquanto as armas e as munições foram trazidas para a sede da Senarc, no Bairro de Fátima.

A polícia informou que esse tipo de trabalho operacional vai continuar nessa região com o objetivo de erradicar plantações desse tipo de droga e ao mesmo tempo tirar de circulação os "cabeças" dessas



Divulgação

Policiais militares incineram pés de maconha retirados de uma das roças descobertas ontem no interior

organizações criminosas.

Primeira fase

A primeira fase da Tarim foi realizada no dia 25 de setembro do ano passado também nessas três cidades do Maranhão, quando os policiais conseguiram destruir mais de 130 mil pés de maconha. Somente na região de Centro do Guilherme foram localizadas

três plantações de maconha, divididas em 20 roças com aproximadamente 70 mil pés desse tipo de droga.

Na região de Maracaçumé foi encontrada uma plantação, dividida em duas roças e nessa localidade, a polícia conseguiu incinerar mais 80 mil pés de maconha. Os policiais também encontraram diversos utensílios empregados no cultivo dessas plan-

tações como poços artesanais, bombas e sistemas de irrigação, material para prensa e mais de 15 mil mudas desse tipo de entorpecente.

Em Centro Novo, a polícia encontrou mais pés e mudas desse tipo de droga, além do material utilizado para o plantio. Não houve registro de prisão durante essa primeira fase da operação. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 6,7 / 05 / 2017	Página 6	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Maranhenses viram alvo de golpistas interestaduais

O último golpe que está sendo investigado consiste em o criminoso se relacionar com uma mulher e pedir a ela para alugar um carro em seu nome; ele desaparece e o veículo é vendido em outro país, principalmente na Bolívia

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

Os maranhenses continuam sendo alvo de golpistas, principalmente os de outros estados, e até mesmo de presidiários. Segundo a polícia, esta semana Diego Rogério Menezes da Nóbrega, de 30 anos, que tem vários mandados de prisão por estelionato a cumprir nas comarcas judiciais do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, entre outros estados, conseguiu fazer mais uma vítima no Maranhão. O golpe consiste em o criminoso se relacionar com mulheres para que elas aluguem veículos em seu nome e logo depois esses carros são comercializados fora do país.

Recentemente, Diego Rogério conseguiu fazer amizade com uma moradora da capital, nome não revelado, de 21 anos, por meio de rede social. A vítima declarou que o criminoso se identificou com o nome falso de Vinicius Medeiros dos Santos, residente em São Paulo, e que seria funcionário de uma empresa terceirizada responsável em fiscalizar postos de combustível nos estados.

Segundo a vítima, o criminoso veio a São Luís no fim do mês passado e conseguiu que ela alugasse um veículo Ágile prata, de placas NMV-8979, em seu nome. Ele acabou roubando o carro e desapareceu. "Ele disse que não poderia locar mais carro por ter outro veículo, alugado em seu nome em uma locadora de Brasília, e acabou sendo lesada. Desconfiei que tinha sido

Quem será a próxima vítima?



Diego Rogério Menezes, que é procurado em cinco estados por aplicar o golpe do aluguel de carros

SAIBA MAIS

Cuidados para não cair em golpes

- A pessoa ficar atenta
- Pesquisar bastante antes de adquirir produto pela web
- Fazer compras por sites conhecidos e avaliados
- Pesquisar em sites de reclamação de serviços na web
- Procurar acessar sites diretamente e não por meio de ofertas vindas por e-mail
- Não fornecer dados pessoais na internet
- Não digitar senhas de bancos em computadores de terceiros

enganada quando ele não entrou mais em contato comigo", desabafou a vítima.

O advogado Jânio Queiroz informou que, geralmente, esse tipo de ocorrência a polícia considera como apropriação indébita, pois

isso acaba facilitando para o golpista aplicar novos golpes. "Caso esse ato criminoso fosse considerado estelionato, poderia ser pedido o mandado de busca e apreensão, e assim a probabilidade de recuperação do produto

roubado seria maior", explicou Jânio Queiroz.

Golpista

Segundo a polícia, Diego Rogério é do estado de Goiás e aplica geralmente o golpe do aluguel de carros usando nomes falsos, como Diulio César dos Reis, Júlio César dos Reis, Jean Moraes, Guilherme Nelo dos Santos e outros. Somente nos últimos cinco anos, ele adquiriu de forma irregular mais de 150 carros, vendidos em outros países, principalmente na Bolívia.

Na maioria das vezes, esse criminoso usa mulheres, com quem se relaciona, para aplicar o golpe. Há vários mandados de prisão em seu desfavor expedidos por várias comarcas. Além do Maranhão, a polícia informou que ele roubou

carros e aplicou golpes em pousadas nos estados da Paraíba, Bahia, Minas Gerais e Acre.

Em março do ano passado, por exemplo, a polícia do Rio Grande do Norte conseguiu prender Diego Rogério no centro do município de Urucutuba, naquele estado, pelos crimes de extorsão e estelionato. Ele, no momento da abordagem, se

pistas estavam hospedados em um hotel, no centro da capital, mas conseguiram fugir na quinta-feira, 4. Eles haviam chegado no fim do mês passado e ofereciam vagas de emprego em empresas inexistentes. As vítimas deveriam pagar um valor de R\$ 80,00 pela inscrição.

O delegado disse também que presidiários utilizam celulares para aplicar golpes, a maioria dos presídios do estado do Ceará. Esses golpes são quase sempre do falso sequestro, feito por meio de mensagens falsas. "Os criminosos conseguem obter dados pessoais, senhas bancárias das vítimas e outras informações importantes por meio de mensagens falsas enviadas por celulares", declarou Day Robson Costa.

Ele informou ainda que muitos maranhenses são vítimas, também, do golpe da operadora de celular. Geralmente, as vítimas recebem uma mensagem ou um telefonema informando que elas ganharam um determinado produto ou serviço, mas devem depositar um determinado valor em uma conta bancária, que, às vezes, está em nome de uma pessoa física.

Um dos últimos registros desse tipo de golpe na capital ocorreu há menos de um mês e a vítima teve um prejuízo R\$ 60 mil. Day Robson Costa disse que os criminosos estão agindo em shoppings e nos cinemas mais movimentados. "Nessa ação ilegal, eles se passam por pesquisadores para obter os dados pessoais das vítimas e adquirem até mesmo nomes dos vizinhos, para logo depois aplicar o golpe do falso sequestro", explicou o delegado. ●

Diego aplica o golpe usando um nome falso

Golpes do sequestro saem de presídios

Polícia alerta para os golpes pelo celular

apresentou como funcionário de uma empresa fiscalizadora de posto de combustível. Ele foi preso, conduzido para o presídio local, mas logo foi liberado.

Mais golpes

"Esses criminosos agem em cima da carência de suas vítimas", afirmou o delegado Day Robson Costa, titular da Delegacia de Defraudações. Ele informou que durante esta semana a polícia estava monitorando um grupo de criminosos vindos de Curitiba, no Paraná, suspeito de aplicar o golpe do falso emprego.

O delegado explicou que os gol-

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política () Cidades / Urbano () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 7 / 05 / 2017 Página 12		<input type="checkbox"/> Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Suspeito pratica 'arrastão' em Pedrinhas e morreu baleado

NELSON MELO

Na noite de sexta-feira (5), um suspeito morreu baleado no bairro Pedrinhas, na zona rural de São Luís, às margens da BR-135. De acordo com informações colhidas pela reportagem do Jornal Pequeno com o Instituto Médico Legal (IML), o criminoso, identificado apenas pelo apelido de "Saddam", fazia um arrastão na localidade, quando foi alvejado supostamente por um policial militar. Ele estava em uma motocicleta, acompanhado de um comparsa, segundo as fontes do IML, levando pertences de pessoas que encontrava pelo caminho. Em um determinado trecho, ele teria

abordado um provável policial, que reagiu e atingiu "Saddam", que caiu do veículo já morto. O cúmplice dele conseguiu acelerar a motocicleta e fugir do local, desaparecendo na linha do horizonte. Uma equipe do plantão da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP) esteve no local da morte do assaltante e conversou com testemunhas sobre o caso. Logo depois, os servidores do IML removeram o corpo do suspeito. Uma guarnição do 21º Batalhão de Polícia Militar (BPM) fez rondas na região para localizar o comparsa que escapou na motocicleta, mas não obteve êxito nas diligências.



Segundo populares, "Saddam" estaria praticando assalto e foi alvejado por um desconhecido



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

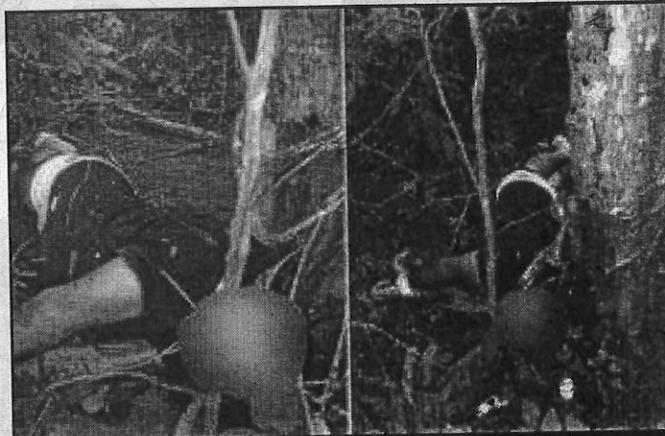
VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 7 / 05 / 2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Professor é encontrado morto, amordaçado e amarrado em árvore

Um crime bárbaro abalou a população do município de Paraibano, interior do Estado do Maranhão. Um professor foi encontrado morto e amarrado em um tronco de árvore, próximo ao lixão da cidade.

A vítima foi identificada como Ivanildo Pereira Costa, mais conhecido como Manin Marão. Ele estava desaparecido há alguns dias.

A polícia conseguiu localizar primeiro o veículo do professor, uma caminhonete Fiat Strada, que estava totalmen-



O corpo da vítima estava amarrado em uma árvore com fita adesiva

te carbonizado.

Após buscas pela região, a polícia conseguiu encontrar o corpo do educador, no local conhecido como Alto da Serra.

Ivanildo Pereira estava com uma fita adesiva amarrada na boca e narina, juntamente com as mãos e pés. A polícia suspeita que o crime pode ter sido por vingança pelo fato do carro não ter sido levado.

Nas redes sociais, vários educadores se solidarizaram com a família do professor.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	6 / 05 / 2017	Página	12
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Médica sofre sequestro relâmpago dentro de seu próprio carro

NELSON MELO

Uma médica, que não teve o nome revelado, passou por momentos de tensão e medo nesta sexta-feira (5), de acordo com informações do delegado Joviano Furtado, titular do 1º Distrito Policial (DP), localizado na Rua do Norte. Ela foi atacada por cerca de quatro criminosos em um estacionamento, sendo levada em seu carro, uma Toyota Corolla, onde os suspeitos fizeram assaltos consecutivos pela cidade. Furtado contou que a vítima se aproximava do seu veículo, nas proximidades do Hospital Materno Infantil, na Rua Silva Jardim, região central da capital, quando foi surpreendida

pelos bandidos. Eles tentaram colocá-la no porta-malas, mas, como não conseguiram abri-lo, colocaram-na no banco traseiro, ao lado de dois assaltantes, enquanto os outros dois ficaram nos bancos dianteiros. Sob a mira de uma arma de fogo, ela nada pode fazer, segundo o delegado. Nesse intervalo, os criminosos fizeram uma sequência de roubos, em regiões distintas de São Luís, atacando, por exemplo, pessoas em uma parada de ônibus. A vítima teria contato, conforme Joviano Furtado, que os assaltantes chegaram a atravessar a ponte do São Francisco, e teriam praticado crimes naquela região.

Na sequência retornaram para a Camboa, onde, disse Joviano, o grupo ainda utilizou o carro da vítima para atirar na direção de um desafeto, integrante de uma facção rival. Ainda não se sabe, todavia, se esta pessoa foi atingida pelos disparos. Naquele bairro, os bandidos desceram do veículo, pois o combustível havia acabado, deixando a médica dentro do automóvel, enquanto eles correram e desapareceram. Depois, uma guarnição conduziu a vítima ao 1º DP, onde a ocorrência foi registrada. O delegado Joviano destacou que um dos suspeitos foi identificado, mas não informou seu nome para não prejudicar as investigações.